

OTOQUE DOS SINOS EM MINAS GERAIS: MATERIALIDADE E PRÁTICAS SOCIAIS

84

MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE Vol. 6, n.º 11, Jul./ Dez. de 2017

Ana Lúcia de Abreu Gomes¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar o Toque dos Sinos em Minas Gerais, Brasil sob três aspectos: sua materialidade, as práticas sociais que lhes dão sentido ainda hoje e os saberes neles consubstanciados que nos remetem a um legado europeu e ibérico que data pelo menos do século XVI. Os aspectos abordados neste artigo os circunscrevem à região mineradora do Estado de Minas Gerais. Este recorte lhes conferiu um território cultural específico que ao tempo em que nos fala do local e do singular nos é capaz de falar da nação uma vez que em 2009 foi conferido a esses toques de sinos o título de Patrimônio Cultural do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE:

Toque dos Sinos, Minas Gerais, São João del-Rei, Patrimônio Cultural

ABSTRACT

The aim of this article is to present the Bells in Minas Gerais, Brazil in three aspects: its materiality, the social practices that give them meaning even today and the knowledges in them that refer us to a European and Iberian legacy dating to at least 16th century. Its circumscription to the mining region of the State of Minas Gerais gave them a specific cultural territory that at the time it speaks of the local, the specific, the singular is able to speak of the nation since 2009 when was conferred on these ring tones the title of Cultural Heritage of Brazil.

KEYWORDS:

Bells Language, Minas Gerais, São João del-Rei, Cultural Heritage

Introdução

Como nos ensina Paul Connerton (1999), todo o momento de comemoração implica a reestruturação de narrativas acerca de um passado em comum. No ano em que a cidade de São João del-Rei comemorou 300 anos de existência, em 2013, essas narrativas organizadoras desse passado incluíram o já conhecido caso do sineiro João Pilão².

Conta a lenda que, durante o fim da Quaresma, mais precisamente no Domingo de Ramos no final dos idos de 1930, a população que seguia a procissão em direção à Igreja de São Francisco Xavier em São João del-Rei se surpreendeu com o silêncio de seus sinos. Afinal, os sinos só se calam ao término da celebração da Ceia do Senhor na Quinta-feira Santa³. Não havia motivo, portanto,

1 Professora Adjunta do Curso de Museologia da Universidade de Brasília.

2 <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2013/12/caso-de-sao-joao-del-rei-conta-historia-de-sino-que-matou-sineiro.html>

3 Os sinos só voltam a tocar no Sábado de Aleluia. Nesse intervalo de tempo ouve-se o som das matracas.

ainda, para o emudecimento dos sinos. Ao subirem ao campanário, se depararam com o sineiro João Pilão morto, atingido na cabeça pela boca do sino Jerônimo. O destino do sino é controverso. Condenado, com certeza, alguns dizem que ele foi retirado do campanário, tendo ficado acorrentado na sacristia durante uma década; outra versão lhe designou um destino pior: igualmente condenado, só que à morte, teria sido derretido para a fabricação de outros sinos; os mais céticos não acreditam em nenhuma das versões. Membros do poder civil, apesar de confirmarem a morte de um sineiro na torre naquela ocasião, avaliam ser improvável essa versão, alegando que só pessoas podem ser alvo de investigação e prisão. O padre Geraldo Magela, à época, compartilhou dessa improbabilidade acrescentando que não só nas leis dos homens mas também nas leis da Igreja não há nenhuma determinação sobre isso.

Independente da veracidade ou não dos fatos, essas histórias, sua inúmeras versões e tantas outras envolvendo esse artefato são representativas da relevância dos sinos e de sua linguagem e de como eles conformam um imaginário comum em São João del Rei e em outras cidades que, como ela, preservam o Toque dos Sinos⁴.

Os Sinos

A origem dos sinos se perde em tempos imemoriais e não necessariamente encontra-se vinculada à Igreja Católica. No que se refere ao seu uso por ela, há registro de ter sido a torre de Cimitila em Campânia na diocese de Nola, Nápoles, a primeira a abrigar um sino no século V da Era Cristã (FRUNGILLO, p. 59-60). A difusão de seu uso para fins religiosos e de defesa se espalhou por toda a Europa daí em diante, dotando pequenos lugarejos, vilas e cidades não só de um instrumento de comunicação entre a população, entre os homens e Deus mas, igualmente, de uma forma de marcar/controlar o tempo.

A chegada dos sinos ao território português na América parece ter sido, senão imediata, ao menos concomitante aos primeiros contatos com as diferentes populações autóctones. Maria do Carmo Vendramini afirma que

A introdução do sino no Brasil não foi causa de dificuldade, visto que o índio era conhecedor da comunicação através de sinais sonoros, e há indício de que instrumentos metálicos fossem de seu agrado, sobretudo guizos e campainhas obtidos nas negociações de troca com os portugueses. A propósito, veja-se a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei D. Manuel I, ou o depoimento de Jean de Léry.

A documentação epistolar jesuítica, compilada por Serafim Leite, dá-nos prova de que já no tempo quinhentista os sinos e campainhas despertavam a atenção dos índios e os estimulavam a atender ao chamado e às instruções dos catequistas, pois havia por parte daqueles, a compreensão dos sinais por estes emitidos. (VENDRAMINI, 1981, p. 48)

Dom Oscar de Oliveira (1964) faz referência à presença de sinos na diocese de Salvador desde 1552. Seu uso em toda a América portuguesa foi

4 O inventário do Toque dos Sinos desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ao longo dos anos de 2001 a 2008 contemplou as cidades de São João del-Rei, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Sabará, Diamantina, Serro e Tiradentes.

normatizado em 1707 por meio das Constituições do Arcebispado da Bahia que trata dos sinos em diferentes momentos ao longo de três de seus cinco livros: no Livro III, atribui-se aos sacristãos a função de tocar ou mandar tocar os sinos; no Livro IV, há a normatização do número de toques a serem tangidos quando da morte dos fiéis: para homens três sinais breves e para mulheres, dois⁵; para crianças entre sete e quatorze anos, um. Para crianças mortas com idade inferior a sete anos, consideradas inocentes, o toque se aproxima de um repique; não é considerado um toque fúnebre. A professora Hebe Rola, da cidade de Mariana, nos fala de uma parlenda quase uma onomatopeia para esse toque: “Eu bem chamei....Eu bem chamei”⁶.

O pesquisador Fabio Cesar Montanheiro, em seus estudos, identificou no Cerimonial Seráfico da Ordem Franciscana, datado de 1730, mais de 50 toques distintos que comprovam que estes comunicavam uma diversidade de acontecimentos. (MONTANHEIRO, s/d, p. 2)

Com forte presença em todo o território da América portuguesa, os sinos e seus toques atravessaram os séculos. Nas palavras do cronista Luiz Edmundo,

(...) durante três longos e impassíveis séculos sobre os [...] ouvidos, como sobre os [...] nervos, malharam incansavelmente, desapiedadamente, falando-lhes num verdadeiro delírio de impertinência e constância ora de Deus, ora dos próprios homens. O Rio era uma feira barulhenta de badalos. E que badalos! Nem sequer em Lisboa, onde eles à solta, viviam pelas sineiras quais cabras a dançar, tiveram, como aqui, maior função, maior violência e maior prestígio. (2000, p. 63)

Nosso cronista nos adverte que nesse atravessar dos séculos, de instrumento de comunicação e devoção entre os membros da comunidade, os sinos e seus toques passaram a ser questionados por muitas delas. Em algumas, a população solicitou sua regulamentação; em outras, sua supressão. Em muitas cidades brasileiras hoje, talvez em sua maioria, quando os sinos tocam é com o objetivo de marcar as horas. É o que muitos chamam do sino relógio. Sem dúvida, o fim do toque dos sinos se remete à laicização da vida, ao desenvolvimento de outros meios de comunicação que tornaram a linguagem dos sinos, a princípio, desnecessária.

E é justamente esse aspecto que nos chama a atenção: se suas funções originais (comunicação com Deus e com os homens) não se fazem mais neces-

5 Segundo Guillaume Durand, o sino toca duas vezes para uma mulher porque ela, ao morrer, encontrou a alteridade, já que primeiro ela fez do homem o inimigo de Deus, e em segundo lugar porque não foi abençoada. Para a morte de um indivíduo do sexo masculino, o sino deve tocar três vezes porque, primeiro Adão foi feito de terra, em seguida, dele, fez-se a esposa de Adão, finalmente, o homem foi criado a partir de um e de outra, e ainda, há a Santa Trindade. (PALAZZO, 2000, p. 108) No original: “on sonne deux fois pour une femme parce qu'elle a recontré l'alterité, car, premièrement elle a rendu l'homme ennemi de Dieu et, deuxièmement parce qu'elle n'a pas été bénie.; mais on sonne trois fois pour un homme, parce que, premièrement Adam fut formé de terre, ensuite la femme d'Adam, enfin l'homme fut créé de l'un e de l'autre, et ainsi il y a une Trinité.

6 (...) durante três longos e impassíveis séculos sobre os [...] ouvidos, como sobre os [...] nervos, malharam incansavelmente, desapiedadamente, falando-lhes num verdadeiro delírio de impertinência e constância ora de Deus, ora dos próprios homens. O Rio era uma feira barulhenta de badalos. E que badalos! Nem sequer em Lisboa, onde eles à solta, viviam pelas sineiras quais cabras a dançar, tiveram, como aqui, maior função, maior violência e maior prestígio. (2000, p. 63) Entrevista gravada para o documentário que acompanha o processo 01450.011821/2009-82 de Registro do Toque dos Sinos – Iphan/MinC.

sárias, por que sua permanência? Por que sua manutenção de forma tão contundente em Minas Gerais?

O Toque dos Sinos em Minas Gerais

A chegada dos sinos e de uma determinada musicalidade às vilas e lugares das Minas Gerais se deu *pari passu* ao desbravamento do território pelas tropas de bandeirantes. Laura de Mello e Souza (1997, p. 66-67) infere que a presença de músicos e instrumentos em comitivas oficiais ou não que penetravam pelo território desconhecido trazia, por meio de uma sonoridade “civilizada”, segurança diante de um mundo assustador e hostil, onde não era apenas a noite “um mundo de sustos”⁷.

Pelas características que a Coroa portuguesa imprimiu à atividade mineradora em suas terras na América, a exploração das riquezas minerais coube diretamente àqueles que se instalaram na região. Seu controle e participação se faziam por meio quase exclusivo do recolhimento de impostos. Ali, também, a Coroa Portuguesa não se responsabilizou por dar assistência à população que acabou reproduzindo a estratégia de constituição de irmandades e confrarias já existentes na Europa e que passaram a se responsabilizar, como em outras áreas coloniais, pela constituição de santas casas, cemitérios, pela contratação de religiosos para o exercício das funções eclesiásticas e, igualmente, pela construção de templos.

Segundo a literatura sobre o tema (SCARANO, 1981; BOSCHI, 1986) as irmandades datam do século XII na Europa em um mundo onde a centralização do poder e seu alcance eram praticamente inexistentes; daí sua larga atuação assistencialista para com os seus membros.

Caio César Boschi (1986) afirma que as irmandades se desenvolveram bastante em Portugal especialmente após o período de Contrarreforma, na sequência do Concílio de Trento (1545 – 1563). Com a descoberta do ouro no território que hoje corresponde ao estado de Minas Gerais logo no início do século XVIII, a situação não foi distinta: a Coroa Portuguesa tinha clara preocupação com os aspectos econômicos da atividade mineradora e, portanto, sua presença foi marcada pela cobrança dos impostos; em decorrência da preocupação com o contrabando, a Igreja Católica regular foi proibida de permanecer na região; só restou, portanto, aos habitantes a formação das irmandades e confrarias. Outro aspecto que se destaca quando o tema é a importância das irmandades na região mineradora brasileira é a questão do desenvolvimento do meio circulante. Num sistema escravocrata onde o meio circulante é escasso, essas irmandades e confrarias, por meio do pagamento de joias e anuidades de seus irmãos, movimentavam significativa quantidade de recursos que eram utilizados, segundo Aluisio Viegas

(...) na construção de igrejas, na contratação de artistas plásticos, na promoção das festas e solenidades religiosas de seus patronos, na contratação dos partidos musicais, na motivação aos músicos compositores em escrever novas obras musicais e mesmo encomendando obras específicas e privativas para suas festas. (Iphan, 2009, p. 67)

7 Parte de verso do poema de Cecília Meireles “O Romanceiro da Inconfidência”.

Fabio César Montanheiro em artigo aqui citado confirma a presença de registro de compra dos sinos nos livros de irmandades de Ouro Preto; lá, como nos campanários das cidades históricas barrocas de Minas Gerais inclusive, os sinos foram e são custeados por diferentes irmandades. As torres da Catedral de Nossa Senhora do Pilar, em São João del-Rei, por exemplo, abrigam sete sinos das irmandades dos Passos, da Boa Morte, do Santíssimo Sacramento, e das Almas. Sua presença e disposição no interior dos campanários não é aleatória. O sino do Santíssimo, por exemplo, por representar o mais importante sacramento se encontra na torre principal, na frente. Caio Boschi afirma que as irmandades constituíram e constituem a trama de um tecido social muito bem manufaturado na região; e os sinos podem ser uma plataforma de observação desse tecido.

Isto porque os sinos não são todos iguais; diferem na afinação e no tamanho. Sua produção está igualmente envolta em um complexo processo que se dá nas entranhas da terra.

A fundição dos sinos é necessariamente um trabalho coletivo, envolvendo um número significativo de artesãos portadores de diferentes habilidades. É um processo longo, não menos do que 30 dias; não só por isso, mas também por isso, eles são feitos por encomenda.

O profissional responsável por determinar a afinação do sino, avalia a encomenda no que se refere ao tamanho, formato e sonoridade. O “bronze”, como é conhecido o sino maior, ocupa a sineira da frente do campanário, em geral pesa cerca de uma tonelada. O de porte médio é o “meião” e o menor deles, de timbre mais agudo, é conhecido como “garrida”; se houver menores ainda poderão ser conhecidos como “tintins”. A encomenda relacionada ao tamanho dos sinos era indicativa do poder da irmandade; quanto mais poder, maior o sino. Onde houvesse, por exemplo a irmandade do Santíssimo Sacramento (a mais poderosa de todas por se referir ao mais importante sacramento, a comunhão) esta seria a responsável pela encomenda do “bronze”.

O bronze se refere ao material de que eles são feitos, uma liga de cobre e estanho cuja fundição ultrapassa os 1.000° C⁸. Quanto maior o sino, menor a quantidade de estanho. Sua fundição é um processo complexo que começa na encomenda e continua na confecção do molde. Segundo José Donizete da Silva, mestre fundidor em Uberaba, MG, é um processo de “forma e forno” e que tem uma tradição de, no mínimo, 1.400 anos. Faz-se um desenho a partir da encomenda. Nela está determinado o peso e a nota por meio da abertura do diâmetro e da espessura da parede do sino. Esse saber foi sendo produzido e transmitido de forma bastante empírica atravessando séculos e continentes. Do desenho sai a chapelona, um gabarito, a partir do corte longitudinal de uma madeira para fazer a costela ou torno do sino; essa estrutura de madeira - costela ou torno - corresponde, grosso modo, à metade do sino reservada; num segundo momento, constrói-se uma base de alvenaria e ela é recoberta com uma mistura de terra, argila, esterco de animais; nesse momento é que a costela ou torno entra em ação; essa madeira cortada longitudinalmente e que detém as características do futuro sino é passada sucessivas vezes sobre a mistura de terra, argila, palha, esterco para deixá-lo liso e no formato de um sino.

8 Para a visualização do processo de fundição dos sinos há uma série de vídeos disponíveis no youtube. A título de exemplo, ver Os Entoados, produzido pela Santa Rosa Bureau Cultural.



Figura 1. O gabarito ou chapelona moldando o futuro sino. Fonte: FREITAS, FERREIRA e BARROS, 2015, p. 7.

Daí sai o molde mais interno, o macho ou então, como é também conhecido, a “alma” do sino. Sobre essa superfície lisa é passada uma camada de água e cinzas (unto) ou clara de ovo, manteiga, pelos de animais, argila (luto). É o momento de construir o chamado falso sino com uma argamassa similar àquela que confeccionou o macho ou a “alma”. Esse falso sino depois de seco receberá todos os ornamentos encomendados. Essa ornamentação (frases, desenhos ou outros elementos que foram encomendados e previamente preparados em cera) deve ser fixada no sino falso. Quando terminada essa etapa, o que vemos é o modelo exato de como ficará o futuro sino. Sobre o falso sino será confeccionada a fêmea, a camisa ou ainda o manto. Após essa etapa, as formas são

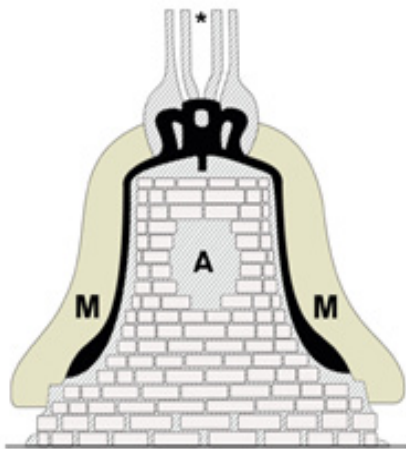


Figura 2. A corresponde ao macho ou a alma; M corresponde à fêmea, camisa ou ainda manto. O * indica a entrada do bronze liquefeito depois das formas serem enterradas. Fonte: FREITAS, FERREIRA e BARROS, 2015, p. 7.

submetidas a um intenso calor que derreterá a cera dos ornamentos e deixará impresso em negativo os desenhos e inscrições feitas previamente com cera. É o processo conhecido como cera perdida. Por fim, a fêmea ou camisa é retirada, nela se encontram impressos as inscrições e ornamentos. O molde intermediário ou sino falso é quebrado. Restam então o macho e a fêmea, a “alma” e o “manto” e entre eles um espaço que antes fora ocupado pelo sino falso. É esse vão que será preenchido pelo bronze. Nesse momento, as formas são colocadas em fornos cavados no solo e cobertos por terra de forma que fiquem completamente enterrados. Na superfície, canais e orifícios por onde passará o bronze em lava. O bronze liquefeito corre em direção aos orifícios onde os sinos se encontram enterrados e o material preenche o espaço deixado pelo sino falso. É um processo muito delicado pois qualquer falha pode provocar explosões, ra-

chaduras ou trincas nos sinos. É um processo muito perigoso também. É bastante comum o relato de execução de orações por parte dos sineiros fundidores. Após o esfriamento, os sinos são desenterrados e içados para fora do forno. O molde fêmea é quebrado e o sino surge dali pronto para limpeza e polimento. O badalo, haste de ferro responsável pela percussão do sino, é fixado posteriormente pois é fundido a parte. (FREITAS, FERREIRA e BARROS, 2015)

Para aqueles sinos encomendados para os campanários das igrejas, seu processo de elaboração, entretanto, não termina aí. Nesse momento retornamos a nossa história inicial do assassinato do sineiro João Pilão pelo sino Jerônimo. Sim, os sinos em São João del-Rei e em outras cidades mineiras têm nome. Não se trata apenas de uma relação de proximidade com esses objetos. Na verdade, mais do que objetos, os sinos são claramente artefatos naquelas cidades pois são vetores de inúmeras relações de natureza social, política, econômica, e, claro, cultural. Seus nomes são decorrência de uma cerimônia em que eles são abençoados, como todos os artefatos no interior das igrejas recebem bênçãos para separá-los das coisas profanas. Segundo o Codex Iuris Canonici, cânon 1169 e o Pontifical Romano, “É conveniente que haja em cada igreja um ou mais sinos para convocar os fiéis aos ofícios divinos e outros religiosos. E estes sinos das igrejas devem ser consagrados ou benzidos segundo os ritos que se encontram nos livros litúrgicos aprovados.”

Essa benção rapidamente se transformou em batismo, vocábulo que a Igreja regular não utiliza mas que pode ser ouvido frequentemente entre a população daquelas cidades. Para o clero regular, apenas pessoas são batizadas. Afinal, o batismo é

(...) um sacramento, ou seja, uma ação de ordem sobrenatural: sinais visíveis de coisas divinas (...) [indicava] explicitamente que a consagração com os santos óleos provocava no ser [...] uma transformação profunda. (BLOCH, 1998, p. 154)

Benção, consagração ou batismo, como se queira, é essa cerimônia que vai dizer sobre sua vocação, qual seja, tocar as coisas do Céu e da Terra. Nas cidades da região mineradora, conta-se que nos idos dos séculos XVIII e XIX apenas os bispos ministravam o “batismo” aos sinos. Por meio dele, os objetos de bronze portavam a voz de Deus e espantavam todo o mal. O batismo também seria, a princípio uma garantia contra rachaduras e trincas capazes de emudecer a voz de Deus. Quando os sinos racham ou trincam, muitos na região mineradora afirmam que os sinos anunciam sua própria morte. O batismo dos sinos segue um ritual bastante demorado. Primeiramente, o celebrante asperge o sino com água benta ao tempo em que reza orações e salmos junto aos outros ministros. O sino é seco e dá-se início a benção dos Santos Óleos: primeiramente fazem-se sete cruzeiras na parte exterior do sino com o óleo dos Enfermos, reza-se uma oração e entoam-se o salmo 28 que apresenta o sino como a voz de Deus, aquela que fala aos homens e os instrui. Na sequência são feitas quatro cruzeiras com o Santo Crisma na parte interna para que o sino seja santificado e consagrado. Na sequência, é o momento de dar o nome ao sino. Seus nomes são encontrados nos textos bíblicos: Simão, Elias, Daniel, Emanuel, Jerônimo, Eliseu, Gabriel. Mais recentemente na região mineradora, os sinos têm sido batizados com o nome

de mulheres Conceição, Rosário, Imaculada, Lourdes, Catarina... Para alguns essa prática que data provavelmente do século X d.C., tinha um cunho prático: era uma forma de distinguir os sinos; para outros, entretanto, era uma forma de chamar os fiéis por meio da voz de um Santo e não de um objeto inanimado. Igualmente são entoadas orações e salmos são proferidos. Na sequencia, incenso, rosmaninho e mirra são acesos em um turíbulo que é colocado sob o sino numa clara alusão ao fato de Deus ter-se servido da fumaça da queima do fígado de um peixe para purificar a casa de Sara e Tobias. A cerimônia finaliza com o canto da visita de Jesus à casa de Maria e Marta presente no Evangelho de São Lucas (X, 38-42)⁹. Abençoados, consagrados ou batizados, é o momento de lhes conduzir às torres.

Os sinos mais pesados são fixados a um cabeçote feito de madeira; uma de suas funções é servir de contrapeso nos momentos em que há o dobre dos sinos. Ele é encaixado à torre por meio de um cano de ferro que prende ao mesmo tempo o cabeçote e as hastes da coroa do sino.

É essa estrutura que permite que ele gire ou dobre com o mínimo de atrito. O cabeçote também pode abrigar uma haste de metal, denominada garfo, que facilita os primeiros movimentos do sino, uma vez que estes são estruturas muito pesadas. Acredita-se que o maior sino da região seja outro Jerônimo, esse localiza-se em uma das torres da Igreja do Carmo em Ouro Preto. Seu peso aproximado é de uma tonelada e meia.

São nessas torres que ocorre a formação de gerações e gerações de sineiros. Como a atividade sineira data dos primeiros anos da colonização portuguesa na América, acredita-se que quem tocava os sinos era a população escrava, responsável por todo e qualquer trabalho manual. Os sineiros da região mineradora acreditam que mesmo com as normatizações do arcebispado da Bahia, houve adaptações a maneira de tocar europeia. Isso é notório quando comparamos inúmeros toques de sinos com outras manifestações musicais daquela população durante as festas na região como os congados e marujadas. O nome de alguns toques também nos é capaz de falar sobre essa circularidade cultural presente na região: batuque; batucadinha, tens-tens. Outros como o baravento aparecem em rodas de capoeira e terreiros de candomblé. Hoje, ainda é essa população de sineiros sacristãos que tocam os sinos. A população dessas cidades avisa: nenhum padre toca sino.

A aprendizagem do toque dos sinos é complexa e seu processo de consolidação longo, especialmente em cidades como São João del-Rei que conhece e reproduz cerca de 40 toques diferentes. Até meados do século XX as crianças pequenas não eram proibidas de subir às torres; hoje, os próprios sineiros mais experientes determinam quem tem condição de subir ao campanário. Quando crianças menores sobem às torres, elas devem apenas observar e reproduzir o movimento feito pelos sineiros. É bastante comum que os sineiros mais velhos se remetam a sua infância quando incessantemente reproduziam em postes e panelas os toques que ouviam nas torres¹⁰. Quando um sineiro toca o sino, seu corpo é expressão de toda uma memória social, todo um processo social perdido, para muitos, em tempos imemoriais. Dar a conhecer esses aspectos

9 Para o detalhamento das orações, salmos dentre outros, ver <http://diretodasacristia.com/home/liturgia/sobre-os-sinos-ii/>

10 Ver: SILVA, Francisco da Assis Gonzaga da. Postes, pernas e panelas. Relato etnográfico da prática sineira em Ouro Preto. Dissertação de Mestrado – PPGM, UFMG, 2006.

da transferência dessa aprendizagem é estudar a formação social da memória naquela região; uma memória no corpo, incorporada. Como assevera Paul Connerton,

Quando estamos a aprender a andar, nadar, andar de bicicleta, patinar ou cantar, interrompemo-nos frequentemente com movimentos desnecessários ou notas em falso. Quando nos tornamos peritos os resultados surgem com o mínimo de ação muscular, fluem a partir de uma única deixa. Através do exercício, o corpo passa a coordenar um número crescente de atividades musculares de forma cada vez mais automática, até que nossa consciência recua, o movimento flui involuntariamente e ocorre uma sequência firme e experimentada de atos que seguem o seu curso fluente. (1999, pp. 107-108)

Como só recentemente o toque dos sinos começou a ser inscrito em suportes digitais com finalidade preservacionista, durante séculos sua memória era aquela incorporada e não necessariamente inscrita, para usarmos um par analítico indicado pelo próprio Paul Connerton (1999).

Entre os sineiros mais velhos, há a preocupação da transmissão desse saber e desse ofício. Eles afirmam que é possível adaptar os toques, mas o limite dessa adaptação é a comunidade local. Essa adaptação que eles chamam de *firula* tem como parâmetro a recepção da população que conhece e reconhece cada toque. Todos sabem qual é a execução correta. Todos naquelas cidades conhecem e reconhecem a linguagem sineira. Se os sinos tocam fora da hora que devem tocar, para seus habitantes, algo diferenciado está acontecendo. Nas palavras de Fábio Cesar Montanheiro:

Embora observando aquilo que lhe foi transmitido, cada sineiro imprime em seu toque uma marca pessoal, sendo possível aos colegas identificarem pelo toque quem está na torre a repicar os sinos. Isso não significa que o toque mude de sineiro para sineiro: essas pequenas mudanças equivaleriam a diferentes sotaques de falantes de uma mesma língua ou, por tão sutis que são, as vozes de cada falante de uma mesma localidade. Contudo, às vezes os jovens sineiros tentam alguma inovação, o que não é bem vindo. (MONTANHEIRO, s/d, p. 6)

Há ainda a liberdade de escolha do toque a ser feito. Em São João del-Rei há uma certa variedade de toques com a mesma função, cabe ao sineiro escolher. A preocupação dos sineiros com a formação dos meninos e adolescente não indica que a prática em si esteja ameaçada naquela cidade: os campanários exercem um fascínio sobre a população de meninos; número significativo deles quer subir às torres e um dia tocar sino. Observa-se que o Toque dos Sinos ainda é uma atividade masculina por excelência; há duas crenças muito fortes nessas cidades: se o cabelo de uma menina tocar o sino, ele racha; outra mais grave avisa: mulher que toca sino não casa.

Sem dúvida, essa quase obsessão por tocar sinos chama a atenção em pleno século XXI. Com a laicização do mundo, custa-se a acreditar que esses meninos e adolescentes se envolvam com a Igreja Católica. Apesar da incompatibilidade entre tocar sino e acompanhar missas e procissões como sugeriu Fábio Cesar Montanheiro em texto já citado aqui, o conhecimento que os sineiros detêm sobre o ritual das missas, procissões e festas religiosas é inquestionável. Se não souberem o que está acontecendo, como empregar o toque apropriado

para a ocasião?

Há duas atividades que chamam a atenção: o combate dos sinos e a via sacra. O combate dos sinos, muito tradicional em São João del-Rei é uma competição entre os sinos e sineiros da catedral do Pilar, da Igreja do Rosário e da Igreja de São Francisco de Assis. Já a via sacra se refere ao percurso que os sineiros fazem para tocar o maior número possível de sinos da cidade; acordam muito cedo à espera de uma oportunidade e percorrem diferentes igrejas de acordo com o horário das missas.

Problema mesmo que ameaça e emudece os sinos são as rachaduras e trincas. A falta dos badalos também é bastante ressaltada.

Considerações Finais

O Registro do Toque dos Sinos em Minas Gerais como Patrimônio Cultural do Brasil aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em dezembro de 2009 agregou e qualificou essa forma de expressão. Muitas igrejas que estavam com as torres emudecidas ganharam novos sinos e badalos, muitas oficinas já foram realizadas em diferentes cidades cuja população gostaria que os sinos voltassem a tocar. Em Diamantina, foi feita uma campanha: “Sino Cidadão” com o objetivo de angariar recursos para a substituição dos sinos locais emudecidos. Registrar um bem é mais uma maneira de manter a memória de uma determinada comunidade e o registro do patrimônio imaterial é uma das políticas públicas que visam garantir e aprimorar a qualidade de vida tanto dos cidadãos locais quanto de todos os brasileiros. Originalmente, segundo consta do pedido de Registro do Toque dos Sinos, essa solicitação dizia respeito exclusivamente ao Toque dos Sinos como forma de expressão. Ao longo de todo o processo, identificou-se que outro patrimônio nele presente era esse saber-fazer dos sineiros e os pareceres técnicos elaborados pelos técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) indicaram o registro do ofício de sineiro como Patrimônio Cultural do Brasil o que foi acolhido pelo Conselho Consultivo que avaliou o processo. Além disso, é um processo que também nos fala da estreita relação entre o Patrimônio dito material e o imaterial. Maria Cecília Londres Fonseca, membro do referido Conselho Consultivo, avaliou que o pedido de Registro do Toque dos Sinos era um claro exemplo de que a materialidade e a imaterialidade do patrimônio são indissociáveis. Não haveria toque de sinos sem as torres e a igreja; não haveria toque de sinos sem o próprio sino, bem móvel integrado.

Referências

- BLOCH, Marc. Os Reis Taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.
- CONNERTON, Paul. Como as Sociedades Recordam. Oeiras: Celta, 1999.
- EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis. Brasília: Senado Federal, 2000.
- FREITAS, Thiago C. de, FERREIRA, Ana Lucia, BARROS, Thales G. “Sinós: Física e música fundidos em bronze.” In: Revista Brasileira de Ensino de Física. Vol. 37,

n. 2, 2303, 2015.

FRUNGILLO, Mario D. Dicionário de Percussão. São Paulo: Unesp; Imprensa Oficial do Estado, 2003.

IPHAN/MinC. Dossiê de Registro “O Toque dos Sinos em Minas Gerais tendo como referencia São João del-Rei e as cidades de Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas do Campo, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes. Brasília: Iphan/MinC, 2009.

MONTANHEIRO, Fábio César. “Quem toca sino não acompanha procissão.” In: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st1/Montanheiro,%20Fabio%20C.pdf> acesso em 20/05/2017

PALAZZO, Éric. Liturgie et Société au Moyen Age. Paris: Aubier, 2000.

SCARANO, Julita. Devoção e Escravidão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981.

SOUZA, Laura de Mello e. “Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações.” In: SOUZA, Laura de Mello e (org.) História da Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol. I.

VENDRAMINI, Maria do Carmo. “Sobre os sinos nas igrejas brasileiras.” In: *Musicae Sacrae Brasiliensis*. Roma: Urbaniana University Press, 1981.